

São Paulo, 11 de Dezembro de 2020.

Ofício SINAFRESP n.º 043/2020.

Assunto: Reiteração do Ofício 036/2020, que tratava da Participação nos Resultados considerada mensalmente para fins de subteto salarial. Parecer NDP nº 193/2019

À Senhora Procuradora Geral do Estado,

O **SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE RENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINAFRESP**, por seu Presidente em exercício, Sr. Alfredo Portinari Greggio Lucente Maranca, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, expor e requerer o quanto segue:

Em agosto de 2019, foi aprovado, pela Subprocuradoria Geral do Estado de São Paulo, o **Parecer NDP nº 193/2019**, exarado para responder consulta acerca da forma de cumprimento do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos da ADI nº 2042880-46.2018.8.26.0000, que decidiu pela inconstitucionalidade do pagamento de Participação nos Resultados sem a incidência do subteto salarial.

A consulta realizada a essa Douta Procuradoria se relacionou, especificamente, à possibilidade de considerar os valores auferidos a título de Participação nos Resultados em duodécimos, ainda que seu recebimento seja realizado com periodicidade diversa.

Em resposta à consulta formulada, essa Procuradoria Geral exarou opinião inicial no sentido de que **não há óbice legal ao pagamento da Participação nos Resultados por um modelo duodecimal**, no qual se pode diluir o valor pago trimestralmente para fins de aplicação do subteto salarial.

Apesar do posicionamento expresso do procurador oficiante afirmando não haver óbice legal ao pagamento da Participação nos Resultados considerando um modelo duodecimal, o referido Parecer NDP nº 193/2019, a contrário *sensu* da opinião inicialmente exarada, concluiu a consulta no sentido de que inexistia norma que autorize a decomposição dos valores mensais pagos a título de PR, sendo necessária, em razão do quanto decidido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na ADI nº 2042880-46.2018.8.26.0000, a edição de legislação específica determinando tal forma de pagamento.

Por ocasião do Ofício SINAFRESP 036/2020, foram trazidos argumentos para reanálise do referido Parecer NDP nº 193/2019, notadamente o Parecer PA 32/2017, que afirmou expressamente que:

*“com relação ao limite constitucional previsto no art. 37, XI da Constituição Federal, ao qual o art. 29 da Lei Estadual n.º 14.653/11 manda o patrocinador observar em sua contraprestação na contribuição previdenciária complementar, vale ressaltar que, **muito***

embora a Participação nos Resultados seja paga trimestralmente aos Agentes Fiscais de Rendas, conforme estabelece o § 1º do art. 33 da Lei Complementar 1.059/08, **deve-se ter em conta, para fins de teto constitucional, tão somente, o valor mensal.**” (...)

“48.(...) a Participação nos Resultados instituída pela Lei Complementar 1.059/08, parcela incorporável para fins de aposentadoria, integra a base de cálculo das contribuições previdenciárias devidas à SP-PREVCOM pelos Agentes Fiscais de Rendas participantes do plano de benefícios previdenciários complementares; nesse caso, também caberá ao patrocinador recolher contribuições previdenciárias calculadas sobre a mesma base, respeitado o limite do artigo 37, XI, da Constituição Federal; **o cálculo do valor devido a título de contribuição previdenciária sobre a PR deverá considerar o montante que o servidor receberia caso o pagamento da PR fosse efetuado mensalmente** (...).”

Tal interpretação, como não podia ser diferente, também foi a mesma adotada pelo Poder Judiciário, em diversas decisões, para a aplicação do limite remuneratório no pagamento de antigas verbas pecuniárias a que faziam jus os Agentes Fiscais de Rendas antes de 2008, como, por exemplo, no caso do excesso de prêmio de produtividade, produzidos mensalmente e que excediam o valor de 2.700 quotas/mês (os chamados “bolinho” e “bolão”, previstos, respectivamente, nos itens 1 e 2 do § 3º do artigo 7º da Lei Complementar n.º 567/88, alterados pelas LC 779/94 e LC 887/00):


“MANDADO DE SEGURANÇA – Agentes Fiscais de Rendas – Impetração objetivando o recebimento da reserva de quotas, semestral e/ou anual, sem que seja simplesmente somada à remuneração do mês em que é paga e sobre essa soma aplicado o redutor, mas seja considerado um valor de referência mensal (divisão do valor total por 6, no caso de excesso semestral, ou por 12, no caso de excesso anual) a ser somado com a remuneração dos meses do período de obtenção do excesso das quotas para fins de aplicação do limite remuneratório – Segurança concedida corretamente em primeiro grau – Nada impede o pagamento da reserva de quotas em parcela única, devendo, no entanto, para efeito de incidência do subteto remuneratório, tomar-se em consideração o valor a ser pago mês a mês: afinal, essa reserva acumulada corresponde a rateios que deveriam ser feitos nos meses em que o excesso foi produzido e o seu pagamento em parcelas semestrais ou anuais, por conveniência da Administração, não pode acarretar a supressão pura e simples do direito funcional – Apelo da Fazenda Estadual não provido” (TJSP, 8ª Câmara de Direito Público, Apelação 0104207-13.2008.8.26.0053, Rel. Des. Dimas Mascaretti, j. em 2/2/11)

Em 26/10/2020, por solicitação deste sindicato, fomos recebidos pela Procuradora Geral do Estado, Maria Lia Pinto Porto Corona e sua equipe, onde foi informado que, em vista dos elementos apresentados por este sindicato, se debruçariam novamente sobre o assunto.

Não tendo havido resposta de nosso ofício anterior, e considerando que a posição atualmente vigente dessa Procuradoria frustra não só orientações anteriores do mesmo órgão, mas também a justa expectativa de nossos filiados de manterem seus orçamentos domésticos sem a ameaça de descontos arbitrários, solicitamos informações quanto ao atendimento desta demanda.

Certos de podermos contar com vossas providencias, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Alfredo Maranca
Presidente

Sra. Maria Lia Pinto Porto Corona
Procuradora Geral do Estado De São Paulo
Rua Pamplona, 227, 17º Andar, Bela Vista, São Paulo/SP

Com Cópia :

Sr. Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Sr. Gustavo de Magalhães Gaudie Ley
Coordenadoria da Administração Tributária
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Sr. Saulo Alves De Freitas
Diretor do Departamento de Recursos Humanos e de Gestão de Pessoas
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Sr. Mauro Ricardo Machado Costa
Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão
Governo do Estado de São Paulo